

Perspectivas sobre o comportamento político. O clientelismo no nível local: vereadores e vereança, uma análise exploratória.¹

Gisele Braga Bastos (UENF)

1. Introdução

O estudo aqui apresentado está circunscrito no campo da Ciência Política na grande área de estudos sobre democracia e instituições e na subárea de estudos sobre comportamento político. Replicamos aqui os resultados da análise exploratória dos dados produzidos junto a uma amostra não representativa de vereadores mineiros, realizada no ano de 2015². O problema de partida é compreender a extensão das relações clientelistas entre vereadores e eleitores no nível municipal, investigando em que medida operam nos municípios da amostra relações de clientelismo na distribuição de recursos entre a elite política do legislativo municipal e seu eleitorado. Não dispomos, no entanto, de dados de opinião dos eleitores, de forma que não aprofundaremos o debate do funcionamento das redes em que operam. Nosso foco são as opiniões e percepções dos vereadores participantes da pesquisa. Com base em suas respostas investigamos: em que medida observa-se variação real no padrão de respostas entre os vereadores dos municípios pesquisados? Havendo variação, que fatores – de contexto e individuais - estão associados a elas?

Nossa hipótese geral é de que as relações de troca entre vereadores e eleitores que a literatura chama de clientelismo não estão igualmente difundidas entre todos os vereadores. Analisamos em caráter exploratório, quais fatores parecem estar positivamente associados às relações de troca clientelistas e quais fatores parecem estar negativamente associados a elas, usando como *proxies* algumas das 121 perguntas do *survey* aplicado junto a 422 vereadores em 44 municípios mineiros. A Pesquisa Representação Política no Nível Municipal no Brasil (PPGCSO/UFJF, 2015) foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, coordenado pela professora Dra. Marta Mendes da Rocha, que vem desenvolvendo importantes

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS. GT09 - Comportamento político, opinião pública e cultura política.

² Os dados aqui apresentado fazem parte da análise desenvolvida em minha dissertação de mestrado intitulada, O clientelismo político e o joio e o trigo da política municipal, defendida no ano de 2017 no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e sob orientação da Professora Dra. Marta Mendes da Rocha, que vem, desde 2015, analisando a base de dados Pesquisa Representação Política no Nível Municipal no Brasil (PPGCSO/UFJF, 2015), chegando a achados que dialogam com os achados aqui apresentados, mas sobretudo refinando as análises. Ver: ROCHA, M. M.; SOUZA, A. C. ; ARAUJO, P. M. . Clientelism and Local Politics: Interactions between Councilors and Voters in the State of Minas Gerais. BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW, v. 13, p. 1-33, 2019

apontamentos nos estudos sobre representação política, comportamento político e mediação de interesses na arena municipal.

A seguir apresentamos informações sobre a amostra de vereadores entrevistados, detalhamos como operacionalizamos as variáveis mobilizadas no estudo e a percepção sobre atendimento de pedidos por parte dos vereadores. Os resultados indicam entre os vereadores da amostra que eles são majoritariamente acionados todos os dias, em suas residências e que a maioria deles acredita ser papel dos vereadores atender aos pedidos.

2. Características da amostra e desenho da pesquisa

Partimos do entendimento do clientelismo como uma prática política baseada em regras informais, caracterizada pela entrega particularista de recursos, onde opera a distribuição de bens e/ou benesses condicionada ao voto/apoio político. Trata-se de uma relação entre partes marcadas pela assimetria e hierarquia nas posições sociais, culturais e/ou econômicas do patrão em relação ao cliente, na qual o recebimento dos bens ou benesses está intrinsecamente conectado à contrapartida do apoio político e/ou voto em uma relação de caráter duradouro, que é recorrentemente objeto de monitoramento, verificação, barganha e reiteração pelas partes envolvidas. A entrega do benefício, que pode ser material e/ou imaterial, público e/ou privado, está ligada à confiança recíproca entre o patrão e o cliente, e/ou entre patrões, mediadores (*Brokers*) e clientes, operando em redes, devendo ser contínuo o apoio político do cliente para com o patrão, e vice-versa, sendo, por isso, outro elemento chave da relação clientelista o constante monitoramento. Esse entendimento converge com o que encontramos na maior parte dos estudos recentes sobre o tema na produção científica internacional (HICKEN, 2011; COLABELLA, 2010; STOKES, et al., 2013; AUYERO 2001).

Acompanhando o que argumentam vários estudiosos do tema (STOKES et al., 2013; HILGERS 2009; COLABELLA, 2010), testamos a hipótese clássica de que a propensão ao clientelismo está relacionada ao nível de pobreza e ao porte do município, devendo ser maior quanto menor e mais pobre o município.

A fim de observar os padrões de respostas nas questões tomadas como *proxies* ao clientelismo focamos nossa atenção nas questões ligadas às interações cotidianas entre vereadores e eleitores, entre elas as que tratavam: dos principais pedidos apresentados pelos eleitores; das formas como os vereadores buscam atender a tais demandas; a frequência, o principal local e o motivo da procura; a visão dos legisladores sobre o atendimento aos pedidos.

Segundo os estudiosos do tema a maior ou menor presença do clientelismo está relacionada a algumas características do contexto, entre elas, o tipo de regime político e o nível de desenvolvimento e pobreza, o grau de hierarquia entre patrão e cliente e as motivações e recursos de ambos os lados para entrar e sair da relação. Partimos da hipótese central, de que a variação se daria em relação ao nível de pobreza e ao porte do município expressos pelo número de habitantes (IBGE, 2010) e pelo percentual de pobres (IDH, 2010). Para a composição da amostra da pesquisa foram utilizadas as seguintes dimensões:

- 1- O número de habitantes dos municípios (Censo 2010 do IBGE), com três estratos populacionais: a) Municípios pequenos com até 20 mil habitantes; b) Municípios médios com mais de 20 até 100 mil habitantes e; c) Municípios grandes com mais de 100 mil habitantes.
- 2- O nível de pobreza (Atlas do Desenvolvimento Humano 2010) que trabalha com a “proporção de pobres”, levando em consideração a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais. Os três estratos de pobreza são: a) Municípios com até 20% de pobres; b) Municípios com percentual de pobres entre 20 e 40% e; c) Municípios com mais de 40% de pobres.

Os municípios que compõem a amostra foram sorteados dentro de cada estrato de tamanho e pobreza nas dez regiões de planejamento do estado de Minas Gerais.³

Como já mencionado trabalhamos com uma amostra não representativa, no entanto, buscamos refletir o mais fielmente possível na amostra algumas características de perfil dos municípios e dos vereadores eleitos em 2012. Essa aproximação pode ser vista na Tabela a seguir onde apresentamos a distribuição dos Municípios por estrato (porte e pobreza) em Minas Gerais e na amostra.

Tabela 1 - Municípios por estrato (porte e pobreza) em Minas Gerais e na amostra %(N)⁴

	Minas Gerais	Amostra
Pequeno-rico (PR)	46,2 (394)	43,2 (19)
Pequeno-pobreza média (PPM)	28,5 (243)	20,4 (9)
Pequeno-pobre (PP)	4,4 (38)	6,8 (3)
Médio-rico (MR)	13,5 (115)	11,5 (5)
Médio-pobreza média (MPM)	4,0 (34)	4,5 (2)
Grande-rico (GR)	3,4 (29)	13,6 (6)
Total	100,0 (853)	100,0 (44)

Fonte: Censo 2010, IBGE. Elaboração própria.

³ O objetivo inicial era entrevistar todos os vereadores em cada município sorteado. Os 44 municípios possuíam, em conjunto, 489 vereadores. Destes, conseguimos entrevistar 422, 86,3% do total. Os principais motivos para a não realização das demais entrevistas foram: o(a) vereador(a) encontrava-se fora do município, a trabalho em outra cidade ou em tratamento de saúde; eram suplentes que tinham acabado de assumir o cargo no lugar de vereadores eleitos deputados nas eleições de 2014; ou devido à impossibilidade de compatibilizar a agenda do vereador com o tempo de permanência do entrevistador no município. Os casos de recusa explícita do(a) vereador(a) em participar da pesquisa foram bastante raros. Os vereadores foram entrevistados no período de fevereiro a novembro de 2015, presencialmente, em seus respectivos municípios

⁴ Nenhum município do estado se caracteriza como médio-pobre, grande-pobre ou grande-pobreza média, razão pela qual não trabalhamos com esses estratos.

A amostra apresenta uma distribuição similar em relação à distribuição dos municípios no estado e os da amostra, no entanto, é importante destacar a sobre representação na amostra dos municípios tipificados como grande-rico (GR) e a sub-representação dos municípios pequeno-pobreza média (PPM) e pequeno-pobre (PP). A amostra sobre representa os municípios grandes à custa de uma sub-representação dos pequenos, escolha feita para viabilizar um número razoável de casos no primeiro estrato. Quanto aos municípios de porte médio a distribuição da amostra é bastante similar à do estado.

Passamos a seguir à apresentação dos detalhes relativos às variáveis do estudo. Ao invés de construir uma medida sintética de clientelismo – um índice ou um único indicador – optamos por analisar os dados de forma exploratória.

Como recorrentemente abordado, há grande dificuldade na tarefa de mensurar a presença e o impacto do clientelismo, tanto pela complexidade do fenômeno (HILGERS, 2011), quanto pelas fragilidades dos métodos, passando ainda pelo alto investimento financeiro necessário para a realização de um estudo comparativo adequado (MUNO, 2010). Essas dificuldades, presentes nos relatos de pesquisadores de grandes institutos internacionais, encontram-se presentes também no âmbito dos estudos brasileiros sobre representação política e clientelismo no nível municipal. Devido à escassez de estudos empíricos, comparados e sistemáticos sobre o clientelismo na arena local no Brasil, consideramos que seria mais interessante abordar de forma desagregada os dados. Consideramos que, em um trabalho futuro, poderíamos trabalhar na construção de um único indicador a partir dos resultados da análise exploratória. Consideramos como indicadores de clientelismo seis aspectos investigados por meio do questionário. Perguntamos aos vereadores:

1. Com que frequência o(a) Sr.(a) é procurado pelos eleitores?
2. Qual é o principal motivo dos eleitores procurarem o(a) Sr(a)?
3. Em que lugar o(a) Sr(a) é mais procurado pelos eleitores?
4. Qual é o pedido mais frequente que os eleitores apresentam ao(à) Sr.(a)?
5. Qual é a principal forma como o(a) Sr(a) busca atender os pedidos dos eleitores?
6. A respeito dos pedidos dos eleitores, com qual afirmação o(a) Sr(a) concorda mais?
 1. É função do vereador atender aos pedidos e o (a) senhor (a) fica satisfeito em atender.
 2. Não é função do vereador atender aos pedidos, mas o (a) senhor (a) não se importa em atender.
 3. Não é função do vereador atender aos pedidos, mas o(a) Sr(a) não se importa em atender.
 4. Não é função do vereador atender aos pedidos e se o (a) senhor (a) pudesse não atenderia.

Estas seis questões permitem apreender alguns aspectos importantes da relação clientelista como definido na literatura sobre o tema. O caráter duradouro e sustentado das relações entre representantes e representados; a importância dos pedidos individuais dentre as razões pelas quais os eleitores procuram os vereadores; os principais espaços de interação entre eleitores e vereadores; as formas como os últimos buscam atender às demandas apresentadas pelos primeiros; e, por último, as percepções dos vereadores sobre o atendimento de pedidos e sua disposição para esta interação. As perguntas feitas aos vereadores não abarcaram a dimensão da condicionalidade das trocas, isto é, em que medida os vereadores condicionavam o atendimento aos pedidos ao apoio político passado ou futuro. Esta é, portanto, uma limitação do presente estudo. Devemos considerar as respostas dos vereadores como *proxies* imperfeitas do clientelismo nos questionando, sempre, em que medida podemos interpretar como comportamento clientelista dinâmicas que podem, na realidade, expressar outro tipo de relação.

3. Resultados

3.1 Indicadores da propensão ao clientelismo

A maioria dos vereadores (63,6%) afirmou ser procurado pelos eleitores todos os dias, 29,3% responderam que são procurados algumas vezes por semana e 4,8% algumas vezes por mês. Em contraste, somente 2,3% disseram ser rara a procura por parte dos eleitores. Os dados sugerem que as relações entre os vereadores da amostra e seus eleitores são duradouras e sustentadas no tempo, uma das características das relações clientelistas. Contudo, o contato permanente pode decorrer de outros fatores e motivações.

Tabela 2 - Local em que é mais procurado pelos eleitores⁵ (%)

Local	% (N)
Residência	37,2 (157)
Outro local de trabalho	13 (55)
Câmara municipal	24,4 (103)
Rua/locais públicos	12,3 (52)
Bairro/comunidade/distrito/região	4,5 (19)
Telefone/redes sociais	4,9 (21)
Outros	2,8 (12)
NR	0,7 (3)
Total	100 (422)

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

⁵ Essa pergunta foi de resposta espontânea. Posteriormente, realizamos a codificação agrupando as respostas em categorias.

Considerando as principais definições para o clientelismo , podemos ver que duas das características deste tipo de relação parecem estar presentes para a maior parte dos vereadores entrevistados: manutenção de relações sustentadas entre representantes e representados com boa dose de personalismo. Os dados indicam que a maior parte dos vereadores mantém intensas relações com os eleitores na medida em que são frequentemente acionados por eles. Os locais em que são mais acionados também sugerem o sentido do personalismo já que apenas um quarto ou menos dos entrevistados apontaram a câmara municipal como principal local de contato. Nos demais casos, o padrão de respostas sugere que a relação extrapola os muros da câmara e tem na residência o local privilegiado para o contato entre as partes.

Embora o clientelismo não possa e não deva ser caracterizado como um tipo de relação ou prática ilegal ainda que esteja associado à informalidade, muitos estudiosos tendem a situá-lo nos espaços não regidos pela lei, como uma relação que extrapola as instituições e/ou regras formais (MUNO, 2010). Mesmo que mantenha uma relação de complementaridade com estas instituições e regras e não necessariamente de oposição a elas, supõe-se que ele se alimente das relações pessoais mantidas entre representantes e representados e da inserção dos últimos em densas redes construídas e mantidas em suas comunidades (AUYERO, 2001; 2002). A interação permanente e contínua, portanto, seria uma condição importante, mas não suficiente. Os dados a seguir nos permitem qualificar melhor o tipo de relação mantida entre vereadores e eleitores considerando as razões pelas quais os eleitores procuram os vereadores e os tipos de demandas apresentadas.

Tabela 3 - Razão pela qual é mais procurado pelos eleitores % (N)

Motivo	% (N)
Apresentar denúncia	3,8 (16)
Conseguir alguma informação	11,7 (49)
Fazer pedidos	60,0 (252)
Dar sugestões	3,8 (16)
Fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos	20,2 (85)
Outro motivo	0,5 (2)
Total	100,0 (420)
NR/NSA	2

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Para a maioria dos entrevistados (60%), fazer pedidos é a principal razão pela qual os eleitores os procuram. A segunda razão mais frequente é para fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos. Esses achados coadunam-se com o que afirma parte da literatura que

destaca o papel assistencialista e de mediação do vereador junto ao executivo. Almeida e Lopez (2012), por exemplo, optam em sua tipologia por distinguir os vereadores assistencialistas, voltados para o atendimento de pedidos particulares dos eleitores, dos que denominam como captadores, que priorizam o atendimento de pedidos coletivos.⁶ D'Ávila Filho, Lima e Jorge (2014) destacam o papel do vereador como uma espécie de mediador e ouvidor que, por sua inserção nas redes locais, mostra-se mais apto a vocalizar junto à administração municipal os problemas e demandas da população do município.

Como já demonstrado, a maioria dos vereadores tem uma interação cotidiana com os eleitores sendo procurada por eles diariamente. A maioria também afirma que a principal razão da procura é a apresentação de pedidos. Os dados sugerem que, em seu dia-a-dia, o vereador está continuamente exposto aos pedidos, demandas e reivindicações dos eleitores. Apenas uma minoria afirmou ser procurado para darem informações, receberem sugestões ou denúncias.

A seguir analisamos os tipos de pedidos mais frequentes apresentados pelos eleitores e a forma como os vereadores buscam oferecer respostas a eles. É importante destacar que, como afirma boa parte da literatura sobre clientelismo, não é a natureza do pedido que define a relação de troca. Neste sentido, tanto faz se se trata de um pedido de emprego, recursos materiais, melhorias no local de moradia ou outra coisa. Por outro lado, a abrangência do pedido é importante já que o clientelismo é, consensualmente, considerado um tipo de relação com viés particularista em oposição a formas mais universalistas e programáticas de alocação de recursos.

As tabelas apresentadas nas páginas seguintes apresentam informação a respeito dos pedidos mais frequentemente recebidos pelos vereadores na Tabela 4 os dados são apresentados desagregados e na Tabela 5, apresentamos os mesmos pedidos agrupados por tipo de pedido.

Os pedidos de mediação para atendimento à saúde são, de longe, os mais apresentados pelos eleitores, convergindo com o constatado por Almeida e Lopez (2012). Nesse sentido é importante destacar que a constituição brasileira de 1988 reserva aos municípios importantes prerrogativas na assistência à saúde. É no nível municipal que os cidadãos adentram na rede, seja para receberem atendimento no nível da atenção básica, seja para serem encaminhados para outros níveis de atendimento de maior grau de complexidade e densidade tecnológica. Considerando as dificuldades técnicas e financeiras enfrentadas pelos municípios para cumprir suas funções nessa área, é compreensível que os vereadores sejam acionados pelos eleitores, como pessoas que supostamente, poderiam facilitar o seu acesso aos serviços e equipamentos.

⁶Além destes dois tipos, os autores concebem um terceiro, que denominam legislador e prioriza as funções formais da vereança (Almeida e Lopez, 2012).

Estudos recentes tem analisado as políticas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde como mecanismo de combate à manutenção das agendas médicas monitoradas e sob controle e barganha clientelista.

Em seguida, aparecem os pedidos de emprego e, em terceiro lugar, as demandas por melhorias na rua ou no bairro. A intermediação política para obtenção de cargos em agências públicas e governamentais é um aspecto bastante enfatizado pela literatura, não só a que trata da política local. Este tipo de intermediação é vista como uma espécie de constante na dinâmica política brasileira e uma forma pela qual políticos, partidos, facções e grupos políticos constroem e mantêm seu domínio. Este se dá em virtude do poder e influência que a ocupação de determinados cargos lhes reserva na distribuição e alocação de recursos econômicos, na distribuição da justiça, de poder, *status* e influência. E, também, na possibilidade de, por meio do acesso às agências do Executivo, usar o emprego público como moeda de troca e forma de obter votos, apoio e lealdade política.

Tabela 4 - Pedidos mais frequentes apresentados pelos eleitores (desagregada) %(N)

Pedido mais frequente	% (N)
Atendimento médico/ambulância/vaga em hospital	30,0 (126)
Emprego	21,2 (89)
Melhorias na rua ou no bairro	15,5 (65)
Apoio a causas coletivas	11,4 (48)
Recursos materiais como gás, cesta básica, material escolar, material de construção	9,5 (40)
Ajuda para obter atendimento em órgãos públicos	3,6 (15)
Dinheiro	3,6 (15)
Assessoria jurídica/advogado	2,1 (9)
Transporte	1,2 (5)
Ajuda para tirar documentos	1,2 (5)
Vaga em escola	0,5 (2)
Outro	0,2 (1)
Total	100,0 (420)
NR/NSA	2

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

No contexto da política local, trata-se, de fato, de um recurso bastante valioso quando se considera o grau de dependência financeira de boa parte dos municípios em relação às transferências provenientes dos estados e da União. Neste sentido, o emprego público aparece como fonte de renda disponível para os que apoiaram a facção, grupo ou partido vencedor e/ou

para os que possuem acesso diferenciado às elites políticas locais, recurso que é negado aos derrotados e seus aliados.

O pedido que aparece em terceiro lugar refere-se à demanda por melhorias na rua ou no bairro. Estas podem incluir desde obras de pavimentação, saneamento, sinalização de trânsito, limpeza urbana até a implantação ou melhoria de equipamentos públicos. Neste caso, embora não possua a capacidade por si mesmo de solucionar os problemas e promover as melhorias necessárias⁷ - estas dependem da intervenção do Poder Executivo – o vereador pode se valer de sua posição privilegiada e de seu acesso diferenciado às autoridades públicas e atuar como mediador. Almeida e Lopez (2012) consideram que o atendimento a este tipo de demanda seria diferente do atendimento a pedidos particulares, justamente em função da abrangência do benefício. Por isso denominam o vereador que prioriza esse tipo de atividade de captador, já que o atendimento a esse tipo de demanda, de caráter mais coletivo, depende da mobilização de recursos públicos, materiais ou financeiros, do município ou via transferência de outros níveis de governo.

A análise dos pedidos de forma agregada mostra que os vários tipos de demanda por mediação aparecem em primeiro lugar entre os pedidos mais frequentes, seguida por pedido de emprego e melhorias na rua e no bairro.

Tabela 5 - Pedidos mais frequentes apresentados pelos eleitores (agregada)⁸ % (N)

Apoio a causas coletivas	Melhorias na rua ou no bairro	Emprego	Mediação para obter atendimento em órgãos públicos	Outros pedidos individuais	NS	Total
11,4 (48)	15,4 (65)	21,1 (89)	34,0 (143)	17,6 (74)	0,2 (1)	100,0 (420)

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

A forma pela qual os vereadores buscam atender aos pedidos é outra informação importante que pode nos auxiliar a qualificar melhor a interação entre representantes e representados e a importância atribuída pelo vereador ao atendimento. Na questão formulada, oferecemos aos entrevistados alternativas que iam das mais institucionais e de maior impacto jurídico – como apresentar um projeto de lei – até as mais informais, como usar os próprios recursos. Na primeira tabela sobre os pedidos mais frequentes (tabela 4) reportamos informação

⁷ Não é completamente raro, contudo, que legisladores adquiram transportes e instrumentos de trabalho utilizados na construção civil de modo a poderem, eles mesmos, atender aos eleitores em seus pedidos de melhoria de infraestrutura. Ver o documentário “Vocação do poder” de José Joffily e Eduardo Escorel, no qual os diretores acompanham os candidatos a vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro desde o início da campanha eleitoral, em junho de 2004, até a apuração dos votos.

⁸Incluimos em “outros pedidos individuais”: assessoria jurídica, ajuda para tirar documentos, recursos materiais (gás, cesta básica, material escolar, material de construção), transporte e dinheiro. Incluimos em mediação para atendimento em órgãos públicos: vaga em escola, atendimento na saúde e ajuda para obter atendimento em órgãos públicos.

mais detalhada e na segunda (tabela 5) agrupamos os tipos de pedidos em mais coletivos e mais individuais – mantendo a análise separada das categorias “emprego” e “melhorias na rua e no bairro”. A seguir apresentamos as principais formas pelas quais os vereadores buscam atender aos pedidos e verificamos se existe relação entre o tipo de pedido e o tipo de resposta do vereador.

Tabela 6 - Forma como busca atender aos pedidos (desagregada) %(N)

Estratégia	% (N)
Apresenta uma indicação ou requerimento	33,5 (141)
Busca a ajuda do prefeito/secretários/funcionários da prefeitura	26,4 (111)
Encaminha a pessoa para o órgão competente	18,3 (77)
Usa seus próprios recursos	16,1 (8)
Apresenta um projeto de lei	3,8 (16)
Pede a ajuda de amigos e familiares	1,4 (6)
Outra forma	0,2 (1)
Total	100,00 (420)

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

A Tabela 6 mostra que, como sugerido por alguns estudiosos do processo legislativo municipal (Silva, 2014; D'Ávila et al., 2004; 2014, Kuschnir, 2005), a apresentação de projetos de lei não é algo muito comum no dia-a-dia dos vereadores; pelo menos, não é uma estratégia prioritária quando se trata de oferecer respostas aos pedidos dos eleitores. Para isso, os vereadores se valem mais frequentemente da apresentação de indicações e requerimentos e da mobilização de autoridades e funcionários da administração municipal, como o prefeito, secretários municipais e funcionários de equipamentos públicos (LOPEZ, 2004). A indicação é uma proposição escrita por meio da qual o vereador sugere medidas de interesse público aos poderes ou órgãos competentes. Trata-se de um tipo de proposição bastante comum nas câmaras municipais brasileiras, mas com algumas variações na forma de processamento.

Considerando os altos custos envolvidos na aprovação de projetos de leis pelos vereadores e os constrangimentos constitucionais que limitam sobremaneira a função legisladora das câmaras municipais, alguns autores tem chamado a atenção para a importância de se estudar as indicações (SILVA, 2014). Elas seriam o principal dispositivo utilizado pelo vereador para construir e manter vínculos com os eleitores, assim como oferecer respostas aos problemas e demandas vocalizadas por eles. As indicações compõem a produção parlamentar e podemos dizer que fazem parte do processo legislativo. Não como dispositivos com caráter normativo porque não provocam alterações no *status quo* e na ordem jurídica, mas porque representam boa parte do que fazem os vereadores em muitas câmaras municipais. As

indicações tem um caráter mais reivindicatório e podem ser vistas como uma das formas pelas quais o vereador pode “contribuir com a administração pública e a política de governo municipal através do encaminhamento de sugestões que visam providenciar algum tipo de bem ou serviço aos bairros ou para a população em geral” (SILVA, 2014, p. 216).

A tabela 6 mostra que respostas de cunho mais institucional – por meio de projetos de lei, indicações e requerimentos – representam mais de um terço das respostas dos vereadores, ficando apenas 7 pontos percentuais atrás de modos mais informais de mediação política (buscar a ajuda do prefeito ou encaminhar a pessoa para o órgão competente). A utilização de recursos próprios, de parentes e amigos foi a primeira resposta de apenas 18% dos vereadores.

Dando sequência à análise, buscamos verificar se havia relação entre o tipo de pedido recebido e a forma mais utilizada pelo vereador para atender ao pedido.

Tabela 7 - Tipo de pedido mais frequente x Forma de atender aos pedidos (agrupados por categorias) % (N)

Pedidos	Forma de atender aos pedidos			
	Institucional (PL, indicações e requerimentos)	Mediação informal e encaminhamento	Recursos próprios ou mobilização de rede pessoal	Outra forma
Apoio a causas coletivas	64,6 (31)	33,3 (16)	2,1 (1)	0,0 (0)
Melhorias na rua/bairro	46,2 (30)	49,2 (32)	4,6 (3)	0,0 (0)
Mediação para atendimento em órgãos públicos	36,4 (52)	45,4 (65)	18,2 (26)	0,0 (0)
Emprego	38,2 (34)	46,1 (41)	15,7 (14)	0,0 (0)
Outros pedidos individuais	13,6 (10)	45,9 (34)	40,5 (30)	0,0 (0)
Outros	0,0 (0)	0,0 (0)	0,0 (0)	100,00 (1)
Total	37,4 (157)	44,8 (188)	17,6 (74)	0,2 (1)

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Os dados mostram que as respostas mais institucionais só são majoritárias em se tratando de pedido de apoio a causas coletivas. Em se tratando de pedidos de melhoria na rua ou no bairro, mediação para atendimento em órgãos públicos e pedidos de emprego, há certo equilíbrio entre as formas mais institucionais de resposta e a mediação/encaminhamento. O uso de recursos próprios ou mobilização da rede pessoal só são respostas relevantes (apontadas por 40,5%) em se tratando de atender a pedidos individuais.

É importante destacar aqui a diferença entre as alternativas “apresentar uma indicação/requerimento” e “buscar a ajuda do prefeito, secretários e funcionários da prefeitura” pelo caráter mais formal da primeira e informal da segunda. No primeiro caso, estamos nos referindo a uma prerrogativa de todos os vereadores que pode ser acionada independentemente

dos vínculos e das relações mantidas por eles com o Poder Executivo. No segundo caso estamos diante de uma estratégia mais informal. O vereador pode simplesmente telefonar para o prefeito, para o secretário com poder de tomar a providência necessária ou mesmo para um funcionário com o qual tenha maior contato. Nessa segunda estratégia, o grau de acesso do vereador às autoridades da administração municipal pode ser um diferencial importante (KUSCHNIR, 2005).

Vale destacar também que usar os próprios recursos mostrou-se uma estratégia mais comum quando se trata de pedido de dinheiro, ajuda para tirar documentos e recursos materiais. E encaminhar a pessoa para o órgão competente mostrou-se uma estratégia mais frequente em se tratando de pedidos de vaga em escola e assessoria jurídica. Ao contrário do que se poderia esperar, não é muito comum que os vereadores afirmem pedir a ajuda de amigos e familiares para responder às demandas dos eleitores. Parece haver, de fato, uma associação entre tipo de pedido e tipo de resposta no sentido proposto por Almeida e Lopez (2012). Os autores argumentam, com base em dados de opinião produzidos junto a vereadores, que:

diferente do atendimento de pedidos coletivos, que somente pode ser feito mobilizando-se recursos públicos, do município ou via transferência de outros níveis de governo, o atendimento de pedidos particulares pode ser realizado por meio de leque mais amplo de estratégias, incluindo o uso de recursos do próprio vereador e de eventuais parceiros privados (Almeida e Lopez, 2012, p. 21-22).

Com efeito, os dados sugerem que a mobilização de recursos próprios ou da rede pessoal é mais comum quando se trata de atender aos pedidos individuais. No caso de pedidos de emprego, o encaminhamento e a busca de ajuda de autoridades da administração municipal são mais frequentes. Para as demandas por melhorias na rua e no bairro e de atendimento em órgãos públicos, os vereadores mesclam as respostas mais institucionais com as mais informais. As estratégias mais institucionais só são maioria quando se trata de apoiar causas coletivas; são para este tipo de pedidos que os projetos de lei aparecem como resposta mais frequente.

O último aspecto a ser analisado, refere-se às percepções dos vereadores quanto ao atendimento de pedidos. Considerando a frequência com que estão expostos a este tipo de demanda, julgamos importante saber como os vereadores as percebem e sua disposição para oferecer uma resposta a elas. A Tabela 8, na página seguinte, traz informação a respeito.

O valor atribuído pelo vereador ao atendimento de pedidos pode ajudar a compreender o tipo de resposta mais empregada por ele. É razoável supor que quanto mais importante o vereador considere este tipo de atividade, mais tempo e esforço ele irá empregar para buscar uma solução. O primeiro aspecto a destacar é o de que menos de 5% dos entrevistados afirmou que não gostam de atender pedidos ou não atenderiam se pudessem. A grande maioria (96,2%)

afirmou que fica satisfeito em atender ou não se importam em fazê-lo, embora cerca de um terço (33,9%) considere que o atendimento a pedidos não seja função do vereador.

Tabela 8 - Opinião dos vereadores sobre o atendimento de pedidos⁹%(N)

Percepção sobre o atendimento	% (N)
É função do vereador atender e fica satisfeito em fazê-lo	62,3 (262)
É função do vereador atender mas não gosta de fazê-lo	0,7 (3)
Não é função do vereador atender, mas não se importa em fazê-lo	33,8 (142)
Não é função do vereador atender e se pudesse não atenderia	3 (13)
Total válido	100,00 (420)
NR	2
Total	422

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Quanto a este aspecto, o desejo e a disponibilidade do vereador para o atendimento a pedidos, Almeida e Lopez (2012) reportaram um resultado diferente. Em sua pesquisa, baseada em entrevistas em profundidade com vereadores, os autores mostram que boa parte dos vereadores que recebia pedidos particulares não desejava atender tais pedidos. Bezerra (1999), investigando as relações entre deputados e senadores, de um lado, e prefeitos, de outro, mostra que para os primeiros o atendimento aos pedidos dos prefeitos e a mediação feita para canalizar recursos para os municípios que fazem parte de sua base eleitoral são vistos como uma atividade menor, assistencialismo. O autor destaca que, apesar da atividade de mediação representar boa parte do trabalho desenvolvido pelos deputados federais, estes mantêm uma visão negativa da atividade, vendo-a como uma necessidade em face das expectativas dos prefeitos e dos eleitores, e, ao mesmo tempo, como um "vício", um "problema", algo menor considerando-se as funções canônicas do Poder Legislativo (Bezerra, 1999, p. 46). Nossos dados sugerem que entre os vereadores exista uma visão menos negativa do atendimento.

Tabela 9- Síntese das variáveis relacionadas à interação entre vereadores e eleitores - %(N)

	Sim	Não	Total
1. É procurado todos os dias pelos eleitores	63,6 (267)	36,4 (153)	100,0 (420)
2. É procurado, principalmente, em casa	37,5 (157)	62,5 (262)	100,0 (419)
3. A principal razão dos eleitores procurarem o(a) vereador(a) é para apresentar pedidos	60,3 (252)	39,7 (166)	100,0 (418)
4. Os pedidos recebidos são, principalmente, individuais.	73,3 (306)	27,0 (113)	100,0 (419)
5. O(a) vereador(a) usa, principalmente, meios informais para responder aos pedidos	44,2 (185)	55,8 (234)	100,0 (419)
6. O(a) vereador(a) acha que é sua função atender aos pedidos dos eleitores	63,1 (265)	36,9 (155)	100,0 (420)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Ainda que parte significativa dos vereadores da amostra não considere o atendimento de pedidos como parte de suas funções, há, entre eles, uma tolerância maior, assim como maior

⁹A respeito dos pedidos dos eleitores, com qual afirmação o(a) Sr(a) CONCORDA MAIS?

disponibilidade e boa vontade. Supomos que parte da explicação remete aos limites colocados à atuação dos vereadores quanto às suas funções legislativas e fiscalizadoras.

Ainda que não tenhamos incluído como indicadores de clientelismo o emprego de familiares, a compra de votos no município e a organização da campanha política, as percepções dos vereadores acerca destas práticas dialogam com o tema do clientelismo. A literatura sobre clientelismo tende a associá-lo, quando não a confundi-lo totalmente, com a patronagem, a compra de votos e outras dinâmicas típicas do momento eleitoral. Por essa razão, incluímos na análise as percepções dos vereadores sobre estas práticas. Perguntamos aos entrevistados se eles achavam ter havido compra de votos na última eleição (2012) e, em caso positivo, o quanto essa prática tinha afetado os resultados das eleições. A pergunta foi feita de modo geral, sem especificar qual eleição, se para prefeito ou vereador.

É surpreendente, haja vista a ilegalidade da prática, que entre os respondentes, cerca de um terço (65%) tenha afirmado que nas eleições de 2012, na qual foram eleitos, tenha ocorrido compra de votos no município. Entre estes, 53,2% dos respondentes que afirmaram ter havido compra de votos, afirmaram que, em sua opinião, a prática afetou muito o resultado das eleições.

Buscamos captar o elemento do clientelismo de forma indireta analisando as pessoas que trabalharam na última campanha do vereador e em relação às quais ele poderia ter “dívidas” e “favores” a recompensar, o perfil dos funcionários do vereador e a presença de familiares na Câmara Municipal ou na Prefeitura. Nosso objetivo era verificar se o tipo de campanha, mais amadora ou profissional, considerando apenas o perfil dos trabalhadores, aumentaria as chances de empregar familiares e amigos. Os dados revelam que 85,5% dos vereadores apontaram amigos e familiares como os principais trabalhadores de sua última campanha em termos numéricos. Por esse quesito, a maioria das campanhas poderia ser classificada como amadoras. No entanto, menos de 30% dos vereadores entrevistados afirmou ter funcionários trabalhando especificamente para eles na Câmara. Apenas 12,1% afirmaram ter familiar auxiliando diretamente no exercício do mandato, mas cerca de 40% afirmaram ter familiares trabalhando na prefeitura.

Estes dados não permitem chegar a conclusões inequívocas, mas, a partir deles, podemos derivar algumas hipóteses. Em primeiro lugar, a de que diferentemente de outras esferas de governo e das disputas majoritárias que se tornaram cada vez mais profissionais nos últimos anos, as campanhas dos vereadores, principalmente nos municípios pequenos e médios, são sustentadas nas relações familiares e de amizade. Além disso, podemos levantar a hipótese

de que a criminalização do nepotismo está coibindo a prática entre os vereadores ou, simplesmente, eles não responderam honestamente à questão. O fato de que 40% dos vereadores tenha afirmado que possuem familiares na prefeitura tanto pode indicar nepotismo cruzado¹⁰ quanto, simplesmente, refletir o fato de que os órgãos públicos são a principal fonte de empregos nos municípios pequenos. Dos 174 vereadores que afirmaram ter familiares trabalhando na prefeitura, apenas 19% afirmaram que eles chegaram ao cargo por meio de indicação, sendo este percentual um pouco maior entre os que afirmaram que apoiam o governo (13,8%) contra 5,2% dos que não apoiam o governo. Os demais vereadores afirmaram que eles ingressaram no serviço por meio de concurso público.

3.2 Análise exploratória considerando o porte do município

No cruzamento de nossas seis principais variáveis, que indicam a interação entre os vereadores e os eleitores, com o porte do município, vemos vários aspectos interessantes. Primeiro, que a procura diária dos vereadores não é mais frequente nos municípios pequenos, como podíamos imaginar. Nos municípios médios e grandes, o percentual de vereadores que afirmou ser procurado todos os dias ultrapassou os 70% e ficou em 57% entre os vereadores de municípios pequenos. Aqui temos um primeiro ponto para discussão. A despeito das maiores distâncias, é provável que os vereadores dos municípios maiores sejam procurados com maior frequência devido ao fato de permanecerem mais tempo na câmara municipal ou de esta funcionar em período mais estendido do que as câmaras de municípios pequenos. De fato, nos municípios pequenos que visitamos, as câmaras tinham um *staff* muito limitado (em vários casos, de apenas um funcionário para atender os visitantes e atender ao telefone) e as sessões plenárias ocorriam uma vez por semana ou duas vezes por mês. Nos municípios de maior porte, além de câmaras municipais mais ativas, há um contingente maior de pessoas que pode acionar o vereador.

Quando analisamos o principal local da procura, vemos que nos municípios pequenos é muito maior o percentual de vereadores que é procurado, principalmente, em casa. A extensão menor do município favorece este tipo de interação. Boa parte dos eleitores conhecem os vereadores, sabem onde eles moram e se sentem a vontade para procura-lo em casa, o mesmo não ocorrendo nos municípios médios e grandes, nos quais a maior parte dos vereadores tem maiores condições de permanecerem anônimos perante o grande eleitorado. No que se refere à

¹⁰ O nepotismo cruzado ocorre quando um político emprega um familiar de outro político e este emprega um familiar do primeiro, como retribuição. Seria uma forma de acomodar familiares, amigos e apoiadores sem incorrer no nepotismo.

razão de os vereadores serem procurados pelos eleitores, vemos que nos três estratos de porte, mais da metade dos vereadores afirmou serem os pedidos a principal razão da procura. Este percentual foi maior entre os vereadores de municípios médios.

Tabela 10 - Frequência da procura, local e razão POR porte do município (%)

	Pequeno	Médio	Grande
É procurado todos os dias pelos eleitores	57,2	75,0	71,3
É procurado, principalmente, em casa	52,8	22,4	8,6
A principal razão dos eleitores procurarem o(a) vereador(a) é para apresentar pedidos	58,0 (145)	69,7 (53)	57,4 (54)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Quando analisamos os principais pedidos apresentados pelos eleitores aos vereadores, verificamos que os pedidos de caráter mais coletivo (apoio a causas coletivas e melhorias na rua e no bairro) são mais frequentes entre os vereadores de municípios grandes. Os pedidos de emprego são igualmente frequentes entre os vereadores nos três estratos, representando cerca de um quinto das respostas. Os pedidos que envolvem mediação (atendimento em órgão público, vaga em escola, atendimento na saúde) são mais frequentes nos municípios pequenos, assim como os pedidos de outros recursos individuais.

Tabela 11- Principais pedidos POR porte do município (%)

	Apoio a causas coletivas	Melhorias na rua e no bairro	Emprego	Mediação	Outros pedidos individuais ¹¹
Pequeno	6,4	10,4	21,2	38,8	23,2
Médio	13,2	17,1	23,7	28,9	17,1
Grande	23,4	27,7	19,1	25,5	4,3
Total	11,4 (48)	15,5 (65)	21,2 (89)	34,0 (143)	17,9 (75)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Os dados corroboram a expectativa de uma interação mais orientada por critérios universais e/ou coletivos nos municípios maiores e de uma interação mais focada em benefícios particulares em municípios menores. Apenas em relação aos pedidos de emprego não observamos muita diferença em função do porte do município do vereador. Vimos que ao contrário do esperado a procura é maior nos municípios grandes, mas confrontando com os tipos de pedidos é possível resgatar o argumento de que nos municípios maiores as demandas seriam diferentes (mais coletivas) e, talvez, vocalizadas via organismos coletivos, enquanto nos municípios menores as demanda estariam mais concentradas em questões de subsistência, vocalizadas individualmente. Quanto à forma de atender aos pedidos, a Tabela 12 mostra que

¹¹ Incluímos em “outros pedidos individuais”: assessoria jurídica, ajuda para tirar documentos, recursos materiais (gás, cesta básica, material escolar, material de construção), transporte e dinheiro. Incluímos em mediação para atendimento em órgãos públicos: vaga em escola, atendimento na saúde e ajuda para obter atendimento em órgãos públicos.

a apresentação de projetos de lei foi mais frequente entre os vereadores de municípios grandes, e que as indicações são mais frequentes entre os vereadores de municípios grandes e médios em comparação com os pequenos. Usar os próprios recursos é pouco frequente entre os vereadores dos municípios grandes, mas representou um quinto das respostas dos vereadores dos menores municípios. Os dados corroboram a ideia de que as interações entre vereadores e eleitores nos municípios menores se dão em termos mais informais e pessoais, em comparação com os municípios mais populosos.

Tabela 12 - Forma de atender aos pedidos POR porte do município (%)

	Apresenta um projeto de lei	Apresenta uma indicação ou requerimento	Busca ajuda de prefeitos/secretários	Usa seus próprios recursos	Pede a ajuda de amigos e familiares	Encaminha a pessoa para o órgão competente
Pequeno	2,4	27,6	29,2	22,0	2,0	16,8
Médio	1,3	42,1	23,7	14,5	1,3	17,1
Grande	9,6	42,6	21,3	2,1	0,0	23,4
Total	3,8 (16)	33,6 (141)	26,4 (111)	16,2 (68)	1,4 (6)	18,3 (77)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Também encontramos diferenças significativas na percepção sobre o atendimento em função do porte. Embora nos dois estratos, a maior parte dos vereadores tenha afirmado que considera sua função e fica satisfeita em atender, entre os vereadores dos municípios pequenos o percentual foi maior (72,9% nos municípios pequenos contra 43,4 e 49,5% nos médios e grandes, respectivamente).

3.3 Análise exploratória considerando o grau de pobreza/riqueza

A variável pobreza mostrou-se mais útil para diferenciar os vereadores do que a variável porte. Para facilitar a visualização dos dados, agrupamos os municípios em duas categorias: rico, com até 20% dos habitantes em situação de pobreza; e pobre, com mais de 20% em situação de pobreza. A Tabela 13, a seguir, mostra que a procura diária e a procura na residência é mais frequente entre os vereadores dos municípios pobres. Quanto ao motivo da procura, nos dois grupos, a apresentação de pedidos foi majoritária.

Tabela 13 - Frequência da procura, local e razão POR pobreza/riqueza(%)

	Pobre	Rico
É procurado todos os dias pelos eleitores	69,0	61,5
É procurado, principalmente, em casa	52,1	31,8
A principal razão dos eleitores procurarem o(a) vereador(a) é para apresentar pedidos	59,5	60,2

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

Há algumas diferenças em relação aos tipos de pedidos que acompanham o que vimos a respeito do porte do município. Nos municípios pobres, assim como nos de menor porte, os outros pedidos individuais foram mais frequentes nas respostas dos vereadores quando comparados com os municípios ricos e de maior porte. Os pedidos de caráter mais coletivo são

mais frequentes entre os vereadores de municípios ricos, assim como nos de municípios maiores. Já os pedidos de emprego são igualmente comuns nos dois contextos.

Tabela 14 - Principais pedidos POR pobreza/riqueza (%)

	Apoio a causas coletivas	Melhorias na rua e no bairro	Emprego	Mediação	Outros pedidos individuais
Pobre	6,0	9,5	21,6	36,2	26,7
Rico	13,5	17,8	21,1	33,2	14,5
Total	11,4 (48)	15,5 (65)	21,2 (89)	34,0 (143)	17,9 (75)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

No que se refere à forma de atender aos pedidos, vemos as principais diferenças em função do grau de pobreza. Entre os vereadores de municípios pobres é bem mais frequente utilizar recursos próprios, alternativa que concentrou o maior percentual de respostas. Entre os vereadores de municípios ricos é mais comum apresentar uma indicação.

Tabela 15 - Forma de atender aos pedidos POR pobreza

	Apresenta um projeto de lei	Apresenta uma indicação ou requerimento	Busca ajuda de prefeitos/secretários	Usa seus próprios recursos	Pede a ajuda de amigos e familiares	Encaminha a pessoa para o órgão competente
Pobre	0,9	22,4	28,4	31,0	2,6	14,7
Rico	4,9	37,8	25,7	10,5	1,0	19,7
Total	3,8 (16)	33,6 (141)	26,4 (111)	16,2 (68)	1,4 (6)	18,3 (77)

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, NEPOL/PPGCSO/UFJF, 2015.

A visão sobre o atendimento acompanha a tendência que vimos em função do porte do município. Assim como nos municípios menores há um maior percentual de vereadores que considera sua função e fica satisfeito em atender, o mesmo ocorre nos municípios pobres (70,1% contra 59,4% dos vereadores de municípios ricos). Ou seja, os dados sugerem que entre os vereadores dos municípios pequenos e pobres há uma visão mais positiva sobre o atendimento quando comparado aos vereadores dos municípios ricos e maiores.

4. Conclusões

Considerando nossa definição para o clientelismo, podemos ver que duas das características deste tipo de relação parecem estar presentes para a maior parte dos vereadores entrevistados: manutenção de relações sustentadas entre representantes e representados com boa dose de personalismo. Os dados indicam que a maior parte dos vereadores mantém intensas relações com os eleitores na medida em que são frequentemente acionados por eles. Os locais em que são mais acionados também sugerem o sentido do personalismo já que apenas um quarto ou menos dos entrevistados apontaram a câmara municipal como principal local de contato. Nos demais casos, o padrão de respostas sugere que a relação extrapola os muros da câmara e tem na residência o local privilegiado para o contato entre as partes.

Os dados mostram que, apesar de a maioria dos vereadores terem feito suas campanhas com o apoio de amigos e familiares, apenas uma minoria admitiu ter funcionários trabalhando na câmara ou na prefeitura por meio de indicação. Isso sugere que, além da indicação para a ocupação de cargos, os vereadores podem se valer de outros meios para retribuir o apoio recebido.

Embora os dados empíricos, sejam provenientes de uma amostra não representativa e não nos permitam generalizações sobre o padrão de comportamento dos vereadores brasileiros, os dados apresentados parecem corroborar a hipótese de que as práticas clientelistas adaptam-se a diversos cenários e não estão igualmente difundidas entre os vereadores. Observamos vereadores envolvidos em interações duradouras e sustentadas com eleitores tanto nos municípios pequenos quanto nos médios e grandes; nos pobres e nos ricos. A procura diária é comum entre homens e mulheres, novatos e experientes, vereadores de centro, esquerda e direita e entre os que apoiam e não apoiam o governo. Este foi o traço mais comum. O segundo aspecto mais comum foi a procura dos eleitores para apresentar pedidos. Essa foi a motivação majoritária em todos os grupos de vereadores em todos os cenários analisados.

As principais diferenças ficam por conta do local da procura, do tipo de pedido apresentado, da forma de responder aos pedidos e da visão sobre o atendimento. A residência como local de procura foi mais comum nos municípios pequenos, pobres, entre as mulheres, os vereadores de direita e os que apoiam o governo. O mesmo pode ser dito em relação aos pedidos de caráter mais individual e das formas mais informais de responder aos pedidos: foram mais comuns nos municípios pequenos e pobres e entre vereadores de direita e que apoiam o governo. Nestes municípios e entre este perfil de vereador encontramos, também, a visão mais positiva sobre o atendimento aos pedidos.

Conforme explicitado, o estudo não pretendeu conclusões finais e sim uma análise exploratória, apresentando uma forma de tratamento empírico com dados apresentados desagregados e por meio de cruzamentos simples. Essa escolha merece críticas, principalmente pelos recursos tecnológicos de análises estatísticas disponíveis, no entanto, apostamos na perspectiva de que essa escolha permite uma melhor apresentação das percepções dos vereadores principalmente por estarmos trabalhando com *proxies* limitadas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, A. & LOPEZ, F. (2012). *Legisladores, captadores e assistencialistas: A representação política no nível local*. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica aplicada- ipea.
- AUYERO, J. (2001) *Poor People's Politics: Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita*.
- _____. (2002) Clientelismo político en Argentina: Doble vida y negación coletiva. *Perfiles Latinoamericanos*. (20), pp. 33-52. Distrito Federal, México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- BEZERRA, M. (1999). Em nome das “bases”: Política, Favor e Dependência Pessoal, pp.35-266. Rio de Janeiro, RJ: Ed RELUME DUMARA.
- COLABELLA, L. (2010). *Patrões e clientes ou redistribuição entre iguais? uma revisão sobre clientelismo político e suas transposições contextuais*. Vol. 16(2) pp. 287-310, Rio de Janeiro, RJ: Mana Estudos de Antropologia Social.
- D'ÁVILA FILHO, P., LIMA, P., & JORGE, V. (2014). *Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004*. 22(49), pp. 39-60, Curitiba, PR: Revista de Sociologia e Política.
- HICKEN, A. (2011). “Clientelism”. *Annual reviews further*. 14, pp.289-310. Political Science Review.
- HILGERS, T. (2011). *Clientelism and conceptual stretching: differentiating among concepts and among analytical levels*. 40, pp.567-588.: Theory and Society.
- KUSCHNIR, Karina. (2005). Antropologia da política: uma perspectiva brasileira .. Paper 64. : Centre for Brazilian Studies.
- LOPEZ, F. (2004) *A POLÍTICA COTIDIANA DOS VEREADORES E AS RELAÇÕES ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO EM ÂMBITO MUNICIPAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA*. 22, pp. 153-177. Curitiba, PR: Revista de Sociologia e Política.
- MUNO, W. (2010) Conceptualizing and Measuring Clientelism. Paper to be presented at the workshop ‘Neopatrimonialism in Various World Regions’, GIGA German Institute of Global and Area Studies, Hamburg:
- ROCHA, M. M.; SOUZA, A. C. ; ARAUJO, P. M. . Clientelism and Local Politics: Interactions between Councilors and Voters in the State of Minas Gerais. *BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW*, v. 13, p. 1-33, 2019
- SILVA, B. (2014) Produção Legislativa e relações Executivo, Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos na Câmara municipal de Araraquara- SP In: Marta Mendes da Rocha; Maria Teresa Miceli Kerbauy. (Org.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros.ed. pp. 215-244. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF
- STOKES, S., DUNNING, T., NAZARENO, M., & BRUSCO V. (2013). *Brokers, Voters, and Clientelism: The Puzzle of Distributive Politics*. Studies in Comparative Politics. Cambridge University Press, 316p. 2013.